

Para que uma moeda tenha valor estável, é preciso que algum preço relevante seja congelado, isto é, mantido constante quando expresso na moeda nacional. A Revolução de 64 escolheu os salários, como âncora, ou preço nominal a ser congelado: os trabalhadores foram obrigados pelo governo autoritário a sofrer de ilusão monetária forçada. E a inflação caiu de 1964 a 1974, ancorada em uma política salarial dura e cruel. Com as conversas de redemocratização, a partir de 1974, a inflação só fez subir. Não sobrou ninguém com ilusão monetária, forçada ou não.

A partir de 90, apareceu um outro candidato a ter seus preços congelados — o dólar. O crescimento dos mercados financeiros internacionais e a baixa taxa de juros do exterior tornaram o dólar um candidato natural a ser congelado e a segurar a inflação em vários países da América Latina. Aqui, abaixo do Rio Grande, a vida é assim mesmo. A estabilidade da moeda depende de “oportunidades” que se abrem e se fecham no tempo. Guerra fria, medo do comunismo-governo autoritário, arrocho salarial e estabilidade da moeda. Globalização da economia, explosão dos mercados financeiros, baixas taxas de juros internacionais — congelamento do dólar e dolarização. Não adianta procurar a solução de política econômica para os próximos 20 anos, “o regime monetário e fiscal do próximo século”. Aliás, em grau menor, a mesma coisa acontece acima do Rio Grande — cada período é visto como um novo e definitivo período e “um fim da história” que começa de novo alguns anos depois.

Depois da crise do México, parece que perdemos o bonde da história — a Argentina, o México e o Chile pegaram uma carona, e quando ia chegar a nossa vez os juros americanos começam a subir e vem a crise mexicana. O que fazer? Como estabilizar a moeda brasileira?

Quem vai ser o “pato” da estabilidade da nossa moeda? A crise faz pensar sobre a estratégia prudente do Plano Real.

1 — Foi prudente ao definir o plano lento, seguro e gradualmente, desde março de 1994. Mas chegamos atrasados.

Prudência?

2 — Foi prudente, também, ao definir três âncoras ao mesmo tempo. O dólar, a taxa de juros altíssima e o controle do déficit público.

Prudência acertada, até a data das eleições, pois, se o Lula ganhasse, dificilmente a dolarização daria certo.

Prudência exagerada, depois das eleições, porque o controle monetário aumenta os juros e o déficit público impede a entrada de dólares mais abundante quando impõe compulsórios em ACCs e restrições diretas à entrada de capitais financeiros; e tudo isto valoriza excessivamente o dólar, que se torna uma âncora, ou melhor, um grilhão de ferro sobre as exportações brasileiras.

O México está mostrando que o Consenso de Washington não serve para muita coisa.

O resultado desta confusão de âncoras é que o dólar ficou abaixo do par. É como se às vésperas da lei salarial perversa do governo de 1964, o governo resolvesse dar uma grande redução do salário mínimo e depois impor a subcorreção dos salários. Seria muito mais difícil. Com a diferença de que os exportadores não podem ser presos como líderes subversivos.

3 — Imprudente ao anunciar em alto e bom som quearemos um grande déficit comercial. O caso do México mostra com clareza que o Consenso de Washington não serve para muita coisa. O México era apontado como o país que tinha atendido aos requisitos fundamentais: déficit público zero, privatização, desregulamentação e livre comércio. Então, pela cartilha do Consenso, os investidores internacionais, que escreveram a cartilha, deveriam apostar firme no país. Nenhuma razão para o pânico. Mas com déficit comercial elevadíssimo, os autores da cartilha se assustaram e levaram os dólares para casa. Os “fundamentais” não são fundamentais para coisa alguma. O que vale mesmo é o superávit comercial abundante.

4 — Fomos imprudentes ao reduzir as tarifas de importa-

ção a níveis tão baixos. Parece que somos a velhinha de Taubaté internacional, os únicos que acreditam para valer nas livres forças do comércio internacional. O presidente Collor deveria experimentar comer papaia em Paris. Ouviria do garçom: “hors de saison”, como se em alguma estação do ano os franceses pudessem produzir papaia. Ou se ele tivesse tempo, deveria ir ao Japão e tentar comer um melão. Pagaria até 70 dólares e receberia o melão em caixa de veludo. Qualidade japonesa ou protecionismo contra o nosso querido Rio São Francisco, que vende melões a centavos de dólar? Tarifa alta não causa inflação. O que causa inflação é tarifa variável ou impossibilidade de importar.

5 — O que fazer? Precisamos de engenho e arte, e não de dogmatismo, para proteger nosso superávit comercial. Incentivo às exportações, coordenação do governo para o setor industrial, criatividade. Sem superávit comercial não há bom aluno do Consenso de Washington que seja aprovado. Pode fazer reforma tributária, privatizar, reformar a Previdência, controlar o déficit público. Pode fazer tudo, até escrever medida provisória em inglês, que na hora H o capital é o capital. Sobem as taxas de juros americanos e lá se vão os dólares e a âncora da moeda nacional.

6 — Será que prudência e água benta não fazem mal a ninguém? No Plano Real há prudência em lugares errados — o controle da quantidade da moeda que impede a entrada livre de dólares e aumenta o déficit público; a impossibilidade de usufruir das vantagens da dolarização, como em contratos expressos em dólar. E há prudência de menos — no dólar sobrevalorizado, na política de destruição do superávit comercial. E há esperanças que serão frustradas. As reformas estruturais são muito importantes para nós mesmos. Não adianta agradar os investidores internacionais se não tivermos um grande e saudável superávit comercial. É como se diz: os bancos e os investidores só dão dinheiro para quem não precisa. Só com muitos dólares, mas muitos mesmo, podemos usar o dólar como âncora. Mas têm de ser dólares nossos.

* Economista, ex-ministro do Planejamento, é professor da Faculdade de Economia e Administração da USP